

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 116

Data: 04/08/89

Pg.: 07

Usina inundará terra indígena em Mato Grosso

SÃO PAULO — Uma usina hidrelétrica deverá inundar 4,4 hectares da reserva indígena Nambiquara, no oeste do estado do Mato Grosso. As obras ainda não começaram, mas já está concluído um anteprojeto de autoria das empresas Góes-Cohabita e Sondotécnica, do Rio de Janeiro, realizado com autorização do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), ligado ao Ministério das Minas e Energia. A usina, denominada Doze de Outubro, será instalada no rio do mesmo nome, em Vila Bela, Mato Grosso, a 26 quilômetros da cidade de Vilhena, em Rondônia, que deverá ser a principal consumidora da energia gerada. A denúncia foi feita ontem pelo vice-presidente do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (IAMA), o biólogo Francisco de Arruda Sampaio, que está preocupado com o impacto que a obra poderá provocar na vida dos índios.

As informações sobre a usina chegaram ao IAMA através dos próprios Nambiquaras, com quem os antropólogos fazem contatos constantes. Segundo os antropólogos, e também funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Vilhena, que não querem se identificar com medo de represálias, há uma autorização da presidência da FUNAI para a realização do empreendimento, mas os índios, que são os maiores interessados, só foram procurados no início das conversações. Eles teriam aprovado a entrada dos técnicos apenas para fazer levantamento da potencialidade da região para a instalação de uma usina.

Privatização — “Eu já estava sabendo do projeto do governo federal de privatizar a produção de energia, mas o que me surpreende, agora é que logo a primeira usina privada venha a ser construída exatamente dentro de uma área indígena”, disse, ontem Sampaio. Assim que o IAMA obteve as primeiras notícias sobre o empreendimento, enviou-as ao deputado federal petista Plínio de Arruda Sampaio (pai de Francisco Sampaio) que pediu, através de carta ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, o embargo imediato da obra. O deputado, que deve voltar de uma viagem à Europa por volta do dia 15 de agosto, ainda não recebeu nenhuma resposta oficial.

Em seu ofício, Plínio Sampaio lembra o artigo 321, parágrafo 3º da Constituição Federal, segundo o qual os aproveitamentos dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ou ainda a Comunidade Indígena. “Não me consta que estas condições tenham sido cumpridas”, reclama o deputado.

Para o IAMA, o que há de pior em toda a história não é a inundação dos 4,4 hectares de cerrado — “uma área muito pequena”, segundo Francisco Sampaio. De fato, somente a reserva Nambiquara, já demarcada oficialmente pelo governo federal, se espalha por uma área de um milhão de hectares. “O problema é que eles vão ter de abrir estradas de acesso, e isso, com certeza, vai colaborar para a invasão de garimpeiros e colonos na região”, alerta o biólogo. Ele lembra que a menos de seis quilômetros do local escolhido para a usina há uma aldeia Nambiquara, a Kithãulu. Ela certamente será afetada já desde o início das obras, que deverá mobilizar cerca de dois mil funcionários.